



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2017**

MANHÃ

Redator

TIPO 01

BRANCA

Organizadora:



LINGÜÍSTICA E LÍNGUA PORTUGUESA

Texto para responder às questões de 01 a 03.

Neologismo não é bom nem mau, ele faz parte do jogo. Sempre que uma língua tem necessidade, ela cria palavras, ou copia, ou adapta. (...) uma língua está ligada à ideia de um país, logo está ligada a algo que tem a ver com autonomia (e com submissão, no caminho oposto). Daí essa onda de perguntar, com alguma razão sociológica e política, se cabe um país copiar de outro uma palavra, ou adaptar, como se houvesse um pequeno crime de lesa-pátria. Na minha opinião, em regra não há isso. Outro lado do debate tem a ver com o Brasil, com o jeito como a questão da língua culta é tratada aqui. Ao longo do tempo, mais especialmente da República para cá, forjou-se e perpetuou-se a ideia de que só uns poucos sabem usar a língua, e o povo é inepto, ou burro, ou algo pelo estilo. (...) É como se a gente tacitamente aceitasse a ideia de que alguns podem usar as palavras como queiram, porque têm autoridade (o Rui Barbosa e o professor de Português, especialmente o mais conservador, que dá aos desinformados a impressão de que sabe mais a língua do que os demais), e os outros têm que se cuidar. Especialmente se os tais outros quiserem inventar palavras. Minha posição de princípio, sujeita a debate em casos excepcionais: o povo tem todo o direito do mundo de inventar o que quiser, incluindo as palavras. Se elas funcionarem, elas vão entrar na corrente sanguínea da cultura, e se não, não.

(Luís Augusto Fischer. Disponível em: www.neoque.hpg.ig.com.br/neoque.html.)

01

Segundo o texto,

- A) o uso da língua está sujeito ao falante e à sua adequação conforme a situação que se apresenta.
- B) a língua e suas variações, adaptações, estão sujeitas ao uso de determinado segmento social, responsável por representar seu país.
- C) o número de pessoas que sabem utilizar a língua corretamente é reduzido devido à questão cultural que restringe a acessibilidade ao conhecimento formal.
- D) o crescente número de variedades culturais no Brasil é um dos fatores que mais contribuem para o exercício da criação contínua de neologismos, demonstrando um alto índice de ignorância da língua materna por parte do falante.

02

Pode-se afirmar que a expressão utilizada pelo autor em “Neologismo não é bom nem mau, ele faz parte do jogo.” expressa

- A) que não há extremos que definam o neologismo.
- B) o modo como o neologismo é exercitado na prática.
- C) uma oposição que determina o conceito de neologismo.
- D) a indiferença do autor pelo assunto da forma como geralmente é tratado.

03

Leia as afirmativas a seguir.

- I. Existem alguns aspectos de teor sociológico e político que envolvem algumas questões linguísticas.
- II. No Brasil, a língua culta produz uma certa distinção entre seus falantes, provocando até mesmo um certo preconceito linguístico.
- III. A criação de novas palavras em uma língua provém de uma necessidade de encontrar termos precisos para renomear objetos e situações de forma adequada.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s)

- A) I.
- B) III.
- C) I e II.
- D) II e III.

04

“Um texto é uma proposta de sentido e ele só se completa com a participação do seu leitor/ouvinte.”

(MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção Textual, análise de gêneros e compreensão.*)

Tendo em vista a afirmativa anterior, leia e observe a charge a seguir.



(Disponível em: <http://d.emtempo.com.br/charges/81247/charge-do-em-tempo--13-de-outubro-2017--malika.>)

Assinale a afirmativa correta.

- A) A fala da personagem deve ser interpretada de forma literal, reconhecendo-se a atitude das demais personagens.
- B) O texto é composto de fenômenos estritamente linguísticos, suficientes para produzir o efeito de sentido desejado.
- C) A restrição ao uso da linguagem articulada pelos personagens, que rodeiam a senhora ao centro, demonstra respeito à crítica externada.
- D) Para a produção dos efeitos desejados, o texto apresenta elementos linguísticos e não linguísticos que interagem entre si acionando aspectos referenciais e conhecimentos prévios.

Texto para responder às questões de 05 a 10.

A gíria é a marca característica da linguagem de um grupo social.

[...]

Sendo um instrumento de agressividade no léxico, como se verá, a gíria está mais ligada à linguagem dos grupos socialmente menos favorecidos ou de oposição a um contexto social.

[...]

A língua é apenas uma entre outras formas de comportamento, um entre outros modos de realização das atividades culturais praticadas pelo grupo. Como essas formas de comportamento, a língua também varia no interior de uma sociedade, de tal maneira que os indivíduos que possuem entre si laços mais estreitos de convívio, relações de maior e mais durável intimidade, apresentam, precisamente por isso, modos de falar muito semelhantes (ou quase idênticos) que os distinguem de outros indivíduos. Quando esses comportamentos, essas marcas contribuem para a formação de uma consciência de grupo; quando os indivíduos fazem dessas marcas grupais uma forma de se auto afirmarem na sociedade, dizemos que essas marcas constituem signos de grupo. Ex.: a moda característica de grupos; a apresentação pessoal (cabelos etc.); o vocabulário gírio com que se comunicam.

No caso específico da língua ou, mais precisamente, do léxico, damos o nome de gíria de grupo ao vocabulário de grupos sociais restritos, cujo comportamento se afasta da maioria, seja pelo inusitado, seja pelo conflito que estabelecem com a sociedade. Inusitados são, por exemplo, os grupos jovens ligados à música, às diversões, aos esportes, aos pontos de encontro nos *shoppings*, à universidade; conflituosos, violentos são os grupos comprometidos com as drogas e o tráfico, com a prostituição, com o roubo e o crime, com o contrabando, com o ambiente das prisões etc.

[...]

Hoje, com a grande divulgação da informação, com a presença social atuante da mídia, a gíria se vulgariza muito rapidamente, assim como rapidamente se extingue e é substituída por novas formas. Essa efemeridade é uma das características mais presentes no vocabulário gírio e, de certa maneira, identifica-o com a grande mobilidade de costumes da época contemporânea. E, talvez por essa constante dinâmica é que a gíria tornou-se tão utilizada em nossos tempos. [...]

(PRETI, Dino. *Revista Língua Portuguesa, São Paulo, 27 fev. 2009.*)

10

De acordo com a estrutura textual apresentada, observe os itens a seguir.

- I. Informação.
- II. Descrição.
- III. Definição.
- IV. Enumeração.
- V. Comparação.
- VI. Contraste.

Pode-se observar presentes no texto apenas

A) III, V e VI.

B) I, II, IV e VI.

C) I, II, III, IV e V.

D) III, IV, V e VI.

Texto para responder às questões de **11** a **13**.

O poeta da roça

Sou fio das mata, cantô da mão grossa,
Trabaio na roça, de inverno e de estio.
A minha chupana é tapada de barro,
Só fumo cigarro de paia de mio.

Sou poeta das brenha, não faço papé
De argum menestré, ou errante cantô
Que veve vagando, com sua viola,
Cantando, pachola, à procura de amô.

Não tenho sabença, pois nunca estudei,
Apenas eu sei o meu nome assiná.
Meu pai, coitadinho! vivia sem cobre,
E o fio do pobre não pode estudá.

Meu verso rastero, singelo e sem graça,
Não entra na praça, no rico salão,
Meu verso só entra no campo e na roça
Nas pobre paioça, da serra ao sertão.

Só canto o buliço da vida apertada,
Da lida pesada, das roça e dos eito.
E às vez, recordando a feliz mocidade,
Canto uma sodade que mora em meu peito.

Eu canto o caboco com suas caçada,
Nas noite assombrada que tudo apavora,
Por dentro da mata, com tanta corage
Topando as visage chamada caipora.

Eu canto o vaquero vestido de coro,
Brigando com o toro no mato fechado,
Que pega na ponta do brabo novio,
Ganhando lugio do dono do gado.

Eu canto o mendigo de sujo farrapo,
Coberto de trapo e mochila na mão,
Que chora pedindo o socorro dos home,
E tomba de fome, sem casa e sem pão,

E assim, sem cobiça dos cofre luzente,
Eu vivo contente e feliz com a sorte,
Morando no campo, sem vê a cidade.
Cantando a verdade das coisa do Norte.

(ASSARÉ, Patativa do. Cante lá que eu canto cá. 5. Ed. Petrópolis, Vozes, 1984. p. 20-1.)

- Às vezes.
 - Duvido! Só quero ver: da carne pendurada no açougue?!
 - Não.
 - E nem da carne que a gente fala. Não tem gosto de quando você diz que carne tem vitamina.
 - Não fala tanto, come.
 - Mas você está olhando desse jeito para mim, mas não é para eu comer, é porque você está gostando muito de mim, adivinhei ou errei?
 - Adivinhou. Come, Paulinho.
 - Você só pensa nisso. Eu falei muito para você não pensar só em comida, mas você vai e não esquece.
- (LISPECTOR, Clarice. Para não esquecer. São Paulo, Círculo do livro, 1988. P. 122-124.)*

14

Reconhecendo-se a estrutura textual apresentada e seus elementos constitutivos pode-se afirmar que

- A) apresenta-se a narrativa como modalidade discursiva por meio de uma linguagem simples e um discurso informal.
- B) há uma mobilidade em relação à enunciação, tratando-se de um texto híbrido tendo em vista a interseção de gêneros diferentes.
- C) apresentam-se elementos fantásticos em uma narrativa cujo objetivo é demonstrar a coloquialidade de um diálogo entre mãe e filho.
- D) a mescla de gêneros se faz presente com o propósito comunicacional de despertar a atenção do leitor para a questão que é tratada como tema principal.

15

O discurso das personagens demonstra especificidades tais como particularidades sobre a visão infantil no discurso da criança em especial como

- A) sua capacidade de perceber relações não identificadas pelos adultos, geralmente.
- B) a valorização de momentos da infância que só podem ser visitados por meio da memória.
- C) excessiva preocupação com fatos cotidianos que envolvem, principalmente, questões familiares.
- D) a capacidade de persuasão em momentos de crise ou debates que envolvem questões polêmicas.

16

O período que compõe a última fala do menino “Eu falei muito para você não pensar só em comida, mas você vai e não esquece.” possui

- A) conjunção adversativa que expressa um valor contrastivo e que pode ser substituída por “portanto”.
- B) conjunção que expressa uma relação de contraste entre dois fatos e pode ser substituída por “apesar disso”.
- C) conectivo de coordenação “mas” podendo ser substituído por “daí que” anunciando um efeito do fato anterior.
- D) adjunto conjuntivo de explicação expressando a continuação lógica do raciocínio iniciado com a oração anterior.

17

No texto, estão presentes as formas “por que” e “porque”, na indagação “– Sabe por que parece chato?” pode-se afirmar que a forma utilizada é formada por

- A) uma conjunção.
- B) preposição acrescida de pronome relativo.
- C) preposição acrescida de monossílabo tônico.
- D) preposição acrescida de pronome interrogativo.

18

Em relação à transitividade verbal demonstrada nos trechos destacados a seguir, assinale aquele que se DIFERENCIA dos demais.

- A) “[...] carne tem vitamina.”
- B) “[...] o céu está em cima, [...]”
- C) “[...] e vê um pouco do outro lado, [...]”
- D) “[...] faz barulho de um pouco de vidro [...]”

19

É possível identificar, no texto escrito, algumas marcas de oralidade que foram registradas propositadamente pela autora. Tais marcas podem ser identificadas em:

- A) “– Você só pensa nisso.”
- B) “– Não fala tanto, come.”
- C) “– Chat... raso, quer dizer.”
- D) “Eu sei que o mundo é redondo porque disseram, [...]”

20

Durante todo o texto, é possível observar a ocorrência de um diálogo em que um dos interlocutores, por meio do discurso infantil, apresenta

- A) inércia diante do discurso alheio, permitindo que não seja por ele influenciado.
- B) extrema indignação que se desenvolve em todo o texto, gerando o conflito textual.
- C) assuntos desconexos que são utilizados como pretextos para determinada finalidade.
- D) um desenvolvimento intelectual aquém do que seria compatível com sua provável idade.

TÉCNICA LEGISLATIVA

21

A sessão legislativa é composta de duas sessões, quais sejam, ordinárias e extraordinárias. As sessões ordinárias da Câmara serão realizadas:

- A) Por convocação pelo Prefeito, para análise de qualquer matéria.
- B) Por determinação do Prefeito, em caso de relevante interesse público.
- C) Independentemente de convocação, entre os meses de fevereiro e dezembro.
- D) Por convocação de qualquer vereador, para apreciação de matéria de urgência.

22

Analise as afirmativas a seguir sobre as reuniões.

- I. São ordinárias as reuniões da Câmara que se realizam uma vez por dia, às 14h30min, nos dez primeiros dias úteis de cada mês, salvo em janeiro, em que não são realizadas.
- II. Reuniões especiais são aquelas as que se realizam em dia ou horário diferente do fixado para as ordinárias.
- III. São extraordinárias as que se realizam para a exposição de assuntos de relevante interesse público.
- IV. São solenes as de instalação de legislatura, as realizadas para eleição e posse da Mesa e as destinadas a entrega de títulos e comendas.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s)

- A) I.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) I, II e IV.

23

Dentre as diversas comissões permanentes da Câmara Municipal de Belo Horizonte destaca-se a Comissão de Administração Pública. É de competência desta comissão matéria pertinente à(ao):

- A) Política habitacional.
- B) Direito urbanístico local.
- C) Sistema previdenciário dos servidores.
- D) Atuação do poder público na atividade econômica.

24

No horário marcado para o início de uma reunião, a qual dependia de quórum específico para sua realização, após a realização da chamada, verificou o presidente que não havia o número necessário de vereadores presentes. Neste caso hipotético, o presidente deverá:

- A) Suspende de imediato a reunião.
- B) Realizar a abertura da reunião, declarando prejudicada a deliberação.
- C) Aguardar pelo prazo de trinta minutos, para que o quórum se complete.
- D) Declarar que a reunião está frustrada e que a matéria será objeto de nova reunião.

25

Considerando a ordenação da segunda parte da Ordem do Dia, enumere adequadamente as colunas a seguir.

- () Requerimentos sujeitos a despacho do presidente.
- () Representações.
- () Autorizações.
- () Requerimentos sujeitos a deliberação do Plenário.
- () Indicações.
- () Moções.

Assinale a ordem correta das deliberações.

- A) 1, 5, 3, 2, 6, 4. B) 3, 2, 6, 4, 1, 5. C) 4, 6, 3, 5, 1, 2. D) 3, 5, 2, 1, 4, 6.

26

Serão constituídas comissões permanentes ou temporárias, às quais terão composição específica e atribuições determinadas, nos moldes do Regimento Interno da Câmara Municipal. Considerando a disciplina legal quanto às comissões da Câmara, assinale a alternativa correta.

- A) O presidente poderá integrar a uma única comissão permanente, como membro titular.
- B) O líder e o vice-líder do governo não poderão ser membros titulares e suplentes de uma mesma comissão.
- C) Os membros efetivos das comissões e seus respectivos suplentes serão eleitos em votação nominal pelos vereadores.
- D) No caso de comissão processante, os membros serão escolhidos pelo presidente, no prazo de cinco dias do recebimento da denúncia.

27

Segundo a Resolução nº 1.480, de 7 de dezembro de 1990, considera-se proposição toda matéria sujeita à deliberação da Câmara Municipal de Belo Horizonte. No que se refere às proposições é correto afirmar que:

- A) A proposição não apreciada até o término da legislatura será arquivada.
- B) A matéria constante de projeto rejeitado não poderá constituir objeto de novo projeto na mesma sessão legislativa.
- C) Não havendo quórum para aprovação de determinada proposição, esta apenas poderá ser apresentada novamente para deliberação em nova reunião.
- D) O projeto de emenda à Lei Orgânica apenas será incluído em pauta caso os avulsos dos pareceres recebidos tenham sido distribuídos com no mínimo dois dias de antecedência.

28

A emenda é parte do processo legislativo e, nos termos do Regimento Interno, consiste em uma proposição apresentada de forma acessória a outra. O Regimento Interno da Câmara de Belo Horizonte relaciona diferentes espécies de emenda. A emenda será

- A) supressiva, quando visar a alterar parte definida de dispositivo.
- B) de redação, quando apresentada como sucedânea de dispositivo de outra proposição.
- C) aditiva, quando visar a sanar vício de linguagem, incorreção de técnica legislativa ou lapso manifesto.
- D) subemenda, quando apresentada a outra emenda, respeitados o objeto e a abrangência daquela sobre a qual incide.

29

Marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas acerca do processo de apreciação das contas do prefeito.

- () Recebida a mensagem do prefeito, o presidente a distribuirá em avulsos e determinará que esta e os documentos que a instruírem sejam colocados sobre a mesa para conhecimento dos vereadores.
- () O processo ficará suspenso até o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas, exceto se houver atendimento de todas as solicitações efetuadas pelos vereadores.
- () Recebido o parecer prévio do Tribunal de Contas será determinado o encaminhamento à Comissão de Finanças Públicas para que, em quinze dias úteis, seja emitido parecer.
- () O prazo para apresentação de emendas perante a Comissão de Finanças Públicas será de dez dias úteis.
- () Decorridos trinta dias úteis do recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas sem que a Câmara tenha decidido sobre as contas respectivas, ter-se-á a aprovação tácita das contas.

A sequência está correta em

- A) V, V, F, F, V. B) V, F, V, V, F. C) V, F, F, V, F. D) V, F, F, F, F.

30

Os requerimentos serão apreciados independentemente de constarem da pauta. O requerimento solicitando alteração da distribuição de proposição deverá ser apresentado:

- A) Tão logo ocorra o fato que o ensejar.
- B) Até o anúncio da votação da proposição a que se referir.
- C) Até o fim do expediente da reunião em que deva ser decidido.
- D) Nos três dias seguintes à distribuição dos avulsos da proposição a que se referir.

31

Considere o excerto a seguir:

“Lei nº 11.100, de 29 de dezembro de 2017.

Institui a obrigatoriedade de instituição de educação superior em funcionamento no Município, com alunos regularmente matriculados na modalidade presencial de ensino, manter profissional de saúde para atendimento de primeiros socorros e de emergências e enfermaria equipada com desfibrilador, e dá outras providências.

O Povo do Município de Belo Horizonte, por seus representantes, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É obrigatória a instituição de educação superior em funcionamento no Município, com alunos regularmente matriculados na modalidade presencial de ensino, manter profissional de saúde para atendimento de primeiros socorros e emergências e enfermaria equipada com desfibrilador.”

Considerando as normas pertinentes à técnica legislativa é possível afirmar que o trecho em destaque corresponde à (ao):

- A) Ementa.
- B) Epígrafe.
- C) Preâmbulo.
- D) Introdução.

32

Foram aprovados pela Câmara dois projetos com objetos distintos, o primeiro destinado à regulamentação da isenção de determinado imposto municipal, o segundo, a respeito da alteração dos procedimentos e requisitos para obtenção de licença de funcionamento para estabelecimento comercial. Sobre a possibilidade de elaboração de Lei única contendo ambos os objetos, considerando o que dispõe a Lei Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, é correto afirmar que:

- A) Os objetos poderão constar de uma única lei, desde que haja destinação de títulos distintos para cada um daqueles.
- B) Os objetos não poderão constar de uma única lei, vez que, pela regra geral, excetuada a situação das codificações, cada lei tratará de um único objeto.
- C) Os objetos poderão constar de uma única lei, sendo certo que na ementa serão especificados ambos os objetos, indicando os capítulos destinados a cada um destes.
- D) Os objetos não poderão constar de uma única lei, tendo em vista disposição legal vedar a combinação de objetos relacionados ao âmbito tributário com quaisquer outros.

33

As leis poderão ser codificadas ou consolidadas. A consolidação consistirá na integração de leis e normas que sejam pertinentes a determinada matéria, produzindo alguns efeitos no ordenamento jurídico. Será efeito decorrente da consolidação:

- A) Revogação formal das leis a ela incorporadas.
- B) Segmentação da matéria em diplomas legais diversos.
- C) Interrupção da força normativa dos dispositivos consolidados.
- D) Modificação do alcance da força normativa dos dispositivos consolidados.

34

Há determinados requerimentos que não serão tomados pelo presidente, mas, sim, pelo Plenário. Será decidido pelo Plenário o requerimento que solicite:

- A) Retirada de pauta de projeto incluído há pelo menos sessenta dias, quando acompanhado de parecer.
- B) Inclusão em pauta de projeto recebido há pelo menos sessenta dias, quando acompanhado de parecer.
- C) Redução do prazo para comparecimento de Prefeito municipal quando intimado a prestar esclarecimento.
- D) Redução do prazo para comparecimento de secretário municipal ou dirigente de entidade da administração indireta.

35

As disposições deverão atender aos requisitos de clareza, precisão e ordem lógica que, segundo a Lei Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, devem ser observados durante o processo de redação. Para a obtenção da clareza deve-se:

- A) Promover as discriminações e enumerações por meio dos incisos, alíneas e itens.
- B) Construir as orações na ordem direta, evitando preciosismo, neologismo e adjetivações dispensáveis.
- C) Reunir sob as categorias de agregação – subseção, seção, capítulo, título e livro – apenas as disposições relacionadas com o objeto da lei.
- D) Escolher termos que tenham o mesmo sentido e significado na maior parte do território nacional, evitando o uso de expressões locais ou regionais.

36

Preservando-se o conteúdo normativo original dos dispositivos consolidados, poderão ser feitas alterações nos projetos de lei de consolidação. São alterações possíveis, EXCETO:

- A) Introdução de novas divisões do texto legal base.
- B) Criação de órgãos e entidades da administração pública.
- C) Diferente colocação e numeração dos artigos consolidados.
- D) Atualização de termos antiquados e modos de escrita ultrapassados.

37

Em alguns casos poderá o legislador optar pela alteração da legislação, seja pela reprodução integral em um texto novo, seja pela revogação de partes da Lei. Em relação à alteração de lei, é admissível:

- A) A renumeração de artigos e de unidades superiores ao artigo.
- B) A reordenação interna das unidades em que se desdobra o artigo.
- C) A duplicação de numeração de artigos sem distinção entre os numerais iguais.
- D) O aproveitamento do número de dispositivo revogado, vetado, declarado inconstitucional.

38

Em relação à Lei Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os artigos desdobrar-se-ão em parágrafos; os parágrafos em incisos e alíneas; os incisos em itens.
- II. Os Capítulos, Títulos e Livros serão grafados em letras maiúsculas e identificados por algarismos romanos, enquanto as Partes serão grafadas e identificadas por algarismos arábicos, cardinais.
- III. As Subseções e Seções serão identificadas em algarismos romanos, grafadas em letras minúsculas e postas em negrito ou caracteres que as coloquem em realce.
- IV. Os incisos serão representados por algarismos romanos, as alíneas por letras minúsculas e os itens por algarismos arábicos.

Estão corretas apenas as afirmativas

- A) I e III.
- B) II e IV.
- C) III e IV.
- D) I, II e IV.

39

As técnicas para redação das legislações são dispostas na Lei Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que estabelece normas para elaboração, redação, alteração, bem como consolidação das leis. A respeito das técnicas de redação legislativa é INCORRETO afirmar que:

- A) O âmbito de aplicação da lei será estabelecido de forma tão específica quanto possibilite o conhecimento técnico ou científico da área respectiva.
- B) A contagem do prazo para entrada em vigor de lei que estabeleça período de vacância incluirá a data da publicação e excluirá a data final, entrando em vigor no dia de sua consumação integral.
- C) A vigência da lei contemplará prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula “entra em vigor na data de sua publicação” para as leis de pequena repercussão.
- D) O mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.

40

A legislação determina três diferentes tipos de votação, os quais possuem características e aplicações distintas. Considerando os processos de votação, assinale a alternativa correta.

- A) É vedada a adoção de processo eletrônico quando se tratar de votação nominal.
- B) Serão nominais as votações públicas em que se exigir apenas quórum de maioria absoluta dos membros.
- C) O processo secreto será adotado para todas as votações, salvo requerimento aprovado ou exceções regimentais.
- D) Qualquer que seja o processo de votação, aos secretários compete apurar o resultado e, ao presidente, anunciá-lo.

NOÇÕES DE DIREITO

41

O Supremo Tribunal Federal editou o enunciado de Súmula 473: “A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”. Trata-se de aplicação do princípio da

- A) eficiência.
- B) autotutela.
- C) razoabilidade.
- D) impessoalidade.

42

Ao tratar dos princípios que regem a administração pública, a doutrina se refere a dois princípios, chamando-os de pedras de toque ou supraprincípios, pois, a partir destes dois, se extraem inúmeros outros. São eles:

- A) Da legalidade e da finalidade.
- B) Da publicidade e da eficiência.
- C) Da legalidade e da moralidade.
- D) Da supremacia do interesse público e da indisponibilidade do interesse público.

43

Sobre os princípios da moralidade e da publicidade na administração pública, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) O princípio da publicidade não se confunde com publicação.
- B) O princípio da moralidade administrativa não se confunde com a moralidade comum.
- C) O princípio da moralidade administrativa não tem previsão expressa na Constituição Federal.
- D) O princípio da publicidade também representa condição de eficácia para os atos administrativos.

44

Sobre o princípio da legalidade para a Administração Pública, analise as afirmativas a seguir.

- I. Para o direito público a legalidade significa que o administrador pode fazer tudo aquilo que a lei não proibir.
- II. Sob o enfoque do critério de subordinação à lei, o administrador só pode fazer aquilo que a lei autoriza ou determina.
- III. A existência da legalidade não exclui hipóteses de discricionariedade do administrador.

Estão corretas as afirmativas

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

45

Sobre o tratamento que a Constituição da República Federativa do Brasil dá ao tema estabilidade do servidor público, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- B) Como condição para a aquisição da estabilidade, é facultativa a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
- C) Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- D) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

46

De acordo com mandamento constitucional, a fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório dos servidores públicos observará, EXCETO:

- A) As peculiaridades dos cargos.
- B) Os requisitos para a investidura.
- C) A quantidade de servidores da carreira.
- D) A natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira.

47

A Constituição da República Federativa do Brasil NÃO determina expressamente que se aplique aos servidores ocupantes de cargos públicos o seguinte direito aplicável aos trabalhadores comuns:

- A) Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
- B) Décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.
- C) Garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável.
- D) Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até cinco anos de idade em creches e pré-escolas.

48

Sobre o regime constitucional dos servidores públicos, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
- B) Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.
- C) Os cargos em comissão, exercidos exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e as funções de confiança, a serem preenchidas por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- D) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

49

A acumulação remunerada de cargos públicos é vedada a:

- A) De dois cargos técnicos.
- B) De dois cargos de professor.
- C) De um cargo de professor com outro técnico ou científico.
- D) De dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

50

A proibição constitucional de acumular estende-se a empregos e funções e abrange:

- I. Autarquias.
- II. Fundações.
- III. Empresas públicas.
- IV. Sociedades de economia mista e suas subsidiárias.
- V. Sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

Complementam corretamente o enunciado apenas as afirmativas

- A) I e III.
- B) I, II e IV.
- C) I, II, III e IV.
- D) I, II, III, IV e V.

51

“Estabelece a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte que ao servidor público municipal são garantidos, nos concursos públicos, _____ da pontuação total dos títulos, por ano de serviço prestado, mediante subordinação, à administração pública do Município, até o máximo de _____.” Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

- A) 2% / 20%
- B) 3% / 30%
- C) 5% / 30%
- D) 10% / 40%

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva é de caráter eliminatório e classificatório, constituída de elaboração de projeto de lei.
- A resposta à prova discursiva deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica indelével de corpo transparente, de ponta grossa e de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas.
- Deverão ser observados o limite mínimo 30 (trinta) e, no máximo, 35 (trinta e cinco) linhas (o projeto) e, a justificativa correspondente, no máximo 15 (quinze) linhas: 50 (cinquenta) pontos.
- Será atribuída nota ZERO à questão que: não observar as orientações presentes no caderno de questões; contiver identificação fora do local apropriado; estiver em branco; desenvolver o texto fora do tema solicitado ou elaborar peça inadequada para a solução do problema proposto; apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; for escrita a lápis, em parte ou em sua totalidade; e, apresentar letra ilegível e/ou incompreensível.
- Para efeito de avaliação de cada questão da Prova Discursiva (Elaboração de projeto de lei) serão considerados os seguintes elementos de avaliação:

DIMENSÃO FORMAL	VALOR TOTAL	PONTOS A DESCONTAR POR ERRO
Adequação ao tema - 4,00	10,00	Parcial - 1,00
Adequação ao gênero - 6,00		Parcial - 2,00
Pertinência às informações apresentadas - 6,00	6,00	Parcial - 2,00 Total - 6,00
CO - Clareza e objetividade - 7,00	7,00	CO - 1,00
Continuidade (C) e articulação (A) - 7,00	7,00	C - 1,00 A - 1,00
TOTAL		30,00

DIMENSÃO FORMAL	VALOR TOTAL	PONTOS A DESCONTAR POR ERRO
AT - Adequação à técnica legislativa	6,00	AT - 1,00 PV - 0,50 MS - 0,50 P - 0,50 O - 0,50
PV - Propriedade vocabular	2,00	
MS - Morfossintaxe (regência, concordância, emprego de crase e colocação pronominal)	6,00	
P - Pontuação	3,00	
O - Ortografia e acentuação gráfica	3,00	
TOTAL		20,00

Na condição de Redator da CMBH, considere que lhe tenha sido solicitada a elaboração do PROJETO DE LEI XWZ/2018, alterando o Estatuto dos Servidores Públicos, conforme as orientações seguintes:

- 1) Altere o dispositivo que trata da estabilidade para compatibilizá-lo com o texto constitucional.
- 2) Acrescente, na forma de parágrafo, um dispositivo tratando das três hipóteses constitucionais de perda do cargo para o servidor estável.
- 3) Divida o dispositivo que trata das gratificações e adicionais em dois artigos: um listando as que são garantias constitucionais e o outro com as demais gratificações e adicionais.
- 4) Escolha uma das gratificações ou adicionais e a transforme em um instituto mais compatível com o princípio da eficiência, sem ferir garantias constitucionais.

Seguem, abaixo, os trechos da Lei nº 7.169/96 necessários para a elaboração do projeto.

“LEI Nº 7.169, DE 30 DE AGOSTO DE 1996

Institui o Estatuto dos Servidores Públicos do Quadro Geral de Pessoal do Município de Belo Horizonte vinculados à administração direta, (VETADO) e dá outras providências.

O Povo do Município de Belo Horizonte, por seus representantes, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

[...]

TÍTULO IV – DO REGIME FUNCIONAL

CAPÍTULO I – DO INGRESSO

[...]

Seção VII – Da Estabilidade

Art. 30 – O servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 730 (setecentos e trinta) dias trabalhados.

Parágrafo único - Para efeito do disposto no caput deste artigo excetuam-se os períodos das licenças previstas no art. 141 e os afastamentos previstos no art. 170.

Art. 31 – Ao longo de sua vida funcional, o servidor será avaliado com base nos seguintes fatores, entre outros:

[...]

TÍTULO VII – DOS DIREITOS E DAS VANTAGENS

[...]

CAPÍTULO II – DAS VANTAGENS

[...]

Seção IV – Das Gratificações e dos Adicionais

Art. 116 – Além do vencimento e das vantagens previstas nesta Lei, serão deferidos aos servidores as seguintes gratificações e adicionais:

I – gratificação pelo exercício de cargo em comissão ou de função gratificada;

II – décimo terceiro salário;

III – gratificação pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas;

IV – gratificação pela prestação de serviço extraordinário;

V – gratificação por serviço noturno;

VI – adicional por tempo de serviço;

VII – adicional de férias;

VIII – outros, relativos ao local ou à natureza do trabalho;

IX – gratificação pela função de instrutor em programa de aperfeiçoamento profissional.

[...]”

Elabore o projeto de lei contendo todos os requisitos da Lei Complementar Federal nº 95/98. Acrescente a mensagem de encaminhamento, justificando-a com base nos parâmetros da Administração Pública Gerencial.

CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	

Cargo: Redator (14-M) (Tipo 01 – Branca)

Prova aplicada em 18/02/2018 – O gabarito oficial da prova objetiva será publicado no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte – DOM/BH e disponibilizado no endereço eletrônico www.consulplan.net dentro do prazo de até 2 (dois) dias úteis após a realização das provas.

CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	

Cargo: Redator (14-M) (Tipo 01 – Branca)

Prova aplicada em 18/02/2018 – O gabarito oficial da prova objetiva será publicado no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte – DOM/BH e disponibilizado no endereço eletrônico www.consulplan.net dentro do prazo de até 2 (dois) dias úteis após a realização das provas.

INSTRUÇÕES

1. Somente é permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente. Todos os demais equipamentos eletrônicos e/ou materiais não permitidos, inclusive carteira com documentos e valores em dinheiro, deverão ser recolhidos em envelope de segurança não reutilizável, fornecido pelo fiscal de aplicação.
2. Não é permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, MP3/MP4, receptor, gravador, fone de ouvido, *pendrive*, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo, carteiras etc.
3. O tempo de duração da prova abrange a assinatura e a transcrição das respostas para a Folha de Respostas (gabarito) e Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva.
4. Não será permitido ao candidato realizar anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, sob pena de eliminação do concurso.
5. Com vistas à garantia da segurança, lisura e integridade do certame, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais no ingresso e na saída de sanitários durante a realização da prova. Ao término da prova o candidato deverá se retirar do recinto de aplicação, não lhe sendo mais permitido o ingresso nos sanitários.
6. O Caderno de Provas consta de 50 (cinquenta) questões objetivas de múltipla escolha e Prova Dissertativa para os cargos de nível médio e 60 (sessenta) questões objetivas de múltipla escolha para os cargos de nível superior e Prova Dissertativa para os cargos: Analista de Tecnologia da Informação (todas as especialidades), Arquivista, Coordenador do Processo Legislativo, Dentista, Engenheiro Civil, Médico Clínico e Psicólogo (todas as especialidades); Elaboração de Parecer para os cargos de Consultor Legislativo (todas as especialidades); Peça Prático-Profissional para o cargo de Procurador; e, Elaboração de Projeto de Lei para o cargo de Redator. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o Caderno de Provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes na Folha de Respostas (gabarito) e Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva que lhe foram fornecidas estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, tenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao fiscal.
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta.
8. Verifique se o TIPO/COR do Caderno de Provas coincide com o registrado no rodapé de cada página, assim como o TIPO/COR registrado na Folha de Respostas (gabarito). Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal para que sejam tomadas as devidas providências.
9. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
10. O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas levando o Caderno de Provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato, também, poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos 120 (cento e vinte) minutos após o início de sua realização, contudo não poderá levar consigo o Caderno de Provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum destes candidatos insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo fiscal de aplicação, será lavrado o fato na Ata de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal de sala e pelo Coordenador da Unidade de provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Concurso.

RESULTADOS E RECURSOS

- O gabarito oficial da prova objetiva será publicado no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte – DOM/BH e disponibilizado no endereço eletrônico www.consulplan.net dentro do prazo de até 2 (dois) dias úteis após a realização das provas.
- O candidato que desejar interpor recursos disporá de 3 (três) dias, a partir do dia subsequente ao da publicação oficial (Diário Oficial do Município de Belo Horizonte – DOM) das respectivas etapas, em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.consulplan.net, que estará disponível das 8h00min do primeiro dia útil subsequente à publicação do ato até as 23h59min do último dia do prazo recursal (horário de Brasília).
- A interposição de recursos deverá ser feita via *Internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referentes à inscrição do candidato, apenas no prazo recursal, à CONSULPLAN, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.consulplan.net, no *link* correspondente ao Concurso Público.